

SEXO E FAIXA ETÁRIA DOS FILIADOS PARTIDÁRIOS NO BRASIL (2008-2020): UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

TITO LÍVIO CABRAL RENOVATO SILVA¹; ÁLVARO AUGUSTO DE BORBA
BARRETO²

¹Universidade Federal de Pelotas – titocabralrenovato@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – albarret.sul@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho visa realizar um estudo exploratório sobre o sexo e faixa etária dos eleitores filiados a partidos políticos no Brasil entre os anos de 2008 – quando tem início a série histórica do Tribunal Superior Eleitoral em função destas variáveis – e o ano de 2020, quando da realização das últimas eleições municipais no país.

A filiação partidária (*party membership*) é uma das dimensões das organizações partidárias que vem demandando interesse dos estudiosos dos partidos políticos europeus desde o final do século XX, mas ainda pouco explorado no Brasil (SPECK, 2013; CERVI, TERRON e SOARES, 2020). Ela significa, nas palavras de Heidar (2006, p. 301), “uma afiliação organizacional de um indivíduo a um partido político, atribuindo obrigações e privilégios a esse indivíduo”.

Por conta do modelo ideal de partido de massas conceituado por Maurice Duverger nos anos 1950 em sua obra “Os partidos políticos” (*Les parties politiques*, no original em francês), uma organização partidária caracterizada por recrutar o maior número de eleitores como forma de integração social e política, a literatura considerou a filiação partidária como um indicador da força organizacional dos partidos (KATZ et al. 1992). Ainda nos anos 1990, Katz et. al. (1992) reuniram dados dispersos de filiação partidária direta ou individual correspondentes aos anos de 1960 a 1980 (alguns países até 1990) para uma comparação sistemática do desenvolvimento das organizações partidárias em dez países da Europa¹.

Desde a virada do século XXI, outros autores seguiram mensurando os indicadores de filiação partidária no continente europeu, diagnosticando um declínio tanto do número absoluto de membros partidários quanto na proporção de eleitores filiados a partidos políticos nos países da Europa Ocidental e nos países pós-comunistas do Leste Europeu, com exceção dos países do Sul da Europa que passaram por uma transição democrática ainda nos 1970² (SCARROW, 2000; MAIR e VAN BIEZEN, 2001; MAIR, 2003; SCARROW e GEZGOR, 2010; VAN BIEZEN, MAIR e POGUNTKE, 2012)³. Com base nesses dados e no tipo ideal de partidos de massas, a maioria desses autores têm preconizado o declínio dos próprios partidos políticos, embora Mair (2003) tenha advertido que se trata de uma evidência do declínio das organizações partidárias, e não dos partidos políticos,

¹ Os dez países selecionados por Katz et al. (1992) são: Áustria, Alemanha Ocidental, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Irlanda, Itália, Noruega, Países Baixos, Reino Unido e Suécia.

² Scarrow (2000), ao contrário dos demais autores, delimita quinze países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) como unidades de análise. São eles: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Reino Unido, Suécia e Suíça.

³ Todos esses autores utilizam a razão entre o número de eleitores filiados a um partido político e o eleitorado nacional (M/E), uma vez que a medida é a mais adequada para uma análise longitudinal e transnacional (KATZ et al. 1992).

que passam por uma mudança da função representativa para uma função procedimental (ou governativa).

No entanto, no Brasil, a série histórica de dados de registro de filiação partidária disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), iniciada em 2002, indica uma tendência de crescimento considerável que supera o crescimento do eleitorado nacional (SPECK, 2013; CERVI, TERRON e SOARES, 2020). Em 2002, CERVI; SOARES; TERRON (2020, p. 496) identificaram cerca de 10,9 milhões de eleitores filiados a partidos políticos, o que corresponde a aproximadamente 9,5% do total de eleitores registrados à época, percentual maior do que a média dos vinte e sete países europeus que, segundo VAN BIEZEN; MAIR; POGUNTKE (2012), era de 4,7% do eleitorado no final da primeira década do século XXI⁴.

A partir da leitura dos estudos exploratórios de SPECK (2013) e CERVI; SOARES; TERRON (2020) justifica-se a necessidade de se identificar o perfil socioeconômico dos eleitores, como bem ressaltou SPECK (2013), mas também as características pessoais dos membros partidários, enfocando as variáveis “sexo” e “faixa etária”, disponíveis na série histórica de dados sobre o eleitorado brasileiro do TSE.

2. METODOLOGIA

O primeiro estudo exploratório sobre filiação partidária no Brasil foi empreendido por SPECK (2013), que reuniu dados disponibilizados pelo TSE entre 2002 e 2012, tendo os municípios brasileiros como unidade de análise. Utilizando recursos da estatística descritiva, SPECK (2013) observou que a média nacional de filiação entre 2002 e 2012 foi de 10,7%, ou seja, um em cada dez eleitores brasileiros estava filiado a um partido político nesse período. SPECK (2013, p. 41-42) constatou também que as taxas de filiação diferem em função da região onde os municípios se encontram, sendo que as regiões Centro-Oeste e Sul apresentaram as taxas mais altas, bem como nos municípios pequenos. Quanto aos seis principais partidos, o autor identificou quedas acentuadas de filiação no PMDB, PP e DEM, bem como um aumento na taxa de filiados do PSDB, PSB e PT.

O último trabalho exploratório até então publicado no país sobre filiação partidária foi realizado por CERVI; TERRON; SOARES (2020), que deram continuidade ao trabalho pioneiro de SPECK (2013), tendo como recorte temporal o período de 2014 a 2018. No entanto, que diferencia o estudo destes autores é a adoção de uma perspectiva socioespacial para associar indicadores sociodemográficos, econômicos e eleitorais às taxas de filiação partidária⁵.

CERVI; TERRON; SOARES (2020, p. 494-495) identificaram que, entre os anos de 2002 e 2018 as taxas de filiação cresceram acima do crescimento do eleitorado brasileiro nos intervalos bianuais entre as eleições gerais e municipais, com exceção do período 2004-2006. Ao contrário das hipóteses iniciais, as análises de regressão estatísticas empregadas pelos autores demonstraram que os municípios menores, fora das regiões metropolitanas, com economia baseada na agricultura e com menor acesso à informação digital (3G) registram as maiores

⁴ Os maiores percentuais foram observados por VAN BIEZEN, MAIR E POGUNTKE (2012, p.28) na Áustria (17,3% aproximadamente) e no Chipre (16,3% aproximadamente).

⁵ CERVI; TERRON; SOARES (2020, p. 498) entendem a perspectiva socioespacial como “a explicação de alteração nos números de filiados a partidos que considere os efeitos de vizinhança espacial, tendo como unidade básica o município”.

taxas de eleitores filiados, ou seja, os percentuais de filiação a partidos políticos não se encontram em áreas com maior desenvolvimento social e econômico.

Desta forma, esta pesquisa tem um caráter exploratório, visando identificar padrões nas características pessoais (sexo e faixa etária) dos eleitores filiados a partidos políticos no Brasil entre os anos de 2008 e 2020.

A seção “Estatísticas do eleitorado”, disponível no sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral é a principal fonte de dados desta pesquisa. A série histórica do TSE para as variáveis “sexo” e “faixa etária” do eleitorado tem início em 2008. Logo, o recorte temporal desta pesquisa compreende o período que vai desde o mês de dezembro de 2008 ao mês de dezembro de 2020, ano das últimas eleições municipais.

A unidade de análise será a filiação agregada pelos municípios brasileiros. Estes dados serão organizados em um banco no SPSS, que será estruturado em função das seguintes variáveis: sexo e faixa etária do eleitor filiado a um determinado partido político. Os dados serão tratados quantitativamente por meio da razão entre o número absoluto de membros filiados (M) e o eleitorado do município (E). A unidade de análise será a filiação agregada pelos municípios brasileiros. Os dados serão apresentados em tabelas e gráficos que permitiram a comparação dos resultados por meio dos recursos da estatística descritiva.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em dezembro de 2020, o Brasil registrou 16.654.826 milhões de eleitores filiados, o que equivale a aproximadamente 11% do eleitorado nacional⁶, o que evidencia um leve crescimento do eleitorado em relação ao que foi observado por CERVI; TERRON; SOARES (2020), para o ano de 2018 – 9,5% do eleitorado brasileiro.

4. CONCLUSÕES

Este trabalho busca inovar a partir da identificação de padrões de características pessoais dos eleitores filiados a partidos políticos no Brasil, o que permitirá estudos posteriores acerca do perfil socioeconômico daqueles, os motivos da filiação partidária, etc.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERVI, E. U.; TERRON, S.; SOARES, G. A. D. Filiação partidária: uma importante variável esquecida no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 26, n. 3, p. 494-521, 2020.

KATZ, R. S. et al. The membership of political parties in European democracies, 1960—1990. **European Journal of Political Research**, 22, p. 329-345, 1992.

MAIR, P.; VAN BIEZEN, I. Party membership in twenty European democracies, 1980-2000, **Party Politics**, v. 7, n. 1, p. 5-22, 2001.

⁶ Fonte: TSE

_____. Os partidos políticos e a democracia. **Análise Social**, v. XXXVIII, (167), p. 277-293, 2003.

SCARROW, S. E. Parties without members? In. RUSSELL, D.; WATTENBERG, M. (Eds.) **Parties without Partisans**: Political change in advanced industrial democracies. Oxford: Oxford University Press, 2000. Capt. 5, p. 79-101.

_____.; GEZGOR, B. Declining memberships, changing members? European political party members in a new era. **Party Politics**, v. 16, n.6, p. 823-843, 2010.

SPECK, B. W. Nem ideológica, nem oportunista: a filiação partidária no contexto pré-eleitoral no Brasil. **Cadernos Adenauer**, São Paulo, v. 14, n. 2., p. 37-60, 2013.

VAN BIEZEN, I.; MAIR, P.; POGUNTKE, T. Going, going, ... gone? The decline of party membership in contemporary Europe. **European Journal of Political Research**, 51, p. 24–56, 2012.